

Anais do
II Seminário ENIAC 2010
II Encontro da Engenharia do Conhecimento
II Encontro de Iniciação Científica

Releitura da “Governança Corporativa” no conceito da “Auditoria”

Elenilton Rodrigues Guimarães, Leonice Aparecida Savi, Tatiane Kaufmann de Moraes e Vanessa de Abreu Ramos

Orientador: Prof. Ms. Ricardo Camargo Araújo

Recebido em: Agosto de 2010. Versão final em: Outubro de 2010

Resumo

Governança Corporativa é assunto cujo interesse e impacto na gestão empresarial tem sido crescente. Trata de políticas e práticas com influência sobre diversos aspectos relacionados aos demonstrativos do desempenho empresarial, cujo resultado busca a agregação de valor da companhia para os acionistas e investimentos. É sabido que cada empresa deve possuir objetivos próprios ao utilizar alguma prática de governança corporativa, embora existam exigências legais e corporativas estabelecendo regras gerais, é comum essas organizações contratar e colocar em prática as auditorias seja ela Interna ou Externa com foco

na transparência e no acompanhamento dos controles das mesmas.

Palavras-chave: auditoria; investimento; governança.

Introdução

No mundo capitalista contemporâneo, cada vez mais as entidades necessitam de créditos para financiar as suas operações. Dessa forma, têm necessidades de apresentar os seus demonstrativos contábeis, que segundo Almeida (2003, p. 36) correspondem “a posição

patrimonial e financeira, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos”, de tal forma que reflitam, com fidedignidade, a sua real posição perante o mercado, já que precisam pleitear recursos junto a credores, em especial, bancos e investidores. Tais credores aplicam seus recursos baseando-se na situação econômico-financeira das empresas, obtida pela análise dos demonstrativos contábeis. Por isso a importância de se ter esses documentos com dados verdadeiros, para não induzirem o usuário a tomarem decisões de maneira equivocada.

A governança corporativa das companhias vem sendo objeto de vários estudos nacionais e internacionais e é considerado como um fator essencial para o acesso das empresas ao mercado de capitais. Para determinar o valor de qualquer negócio, o administrador deve tomar decisões adequadas de investimentos (aplicação de recursos) e de financiamento (captação de recursos). De acordo com o “Instituto Brasileiro de Governança Corporativa” - IBGC (2006) é: “o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas / Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. As boas práticas de Governança Corporativa bem como o auxílio das Auditoria Interna e Externa, têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade”.

O objetivo é aprofundar o conhecimento na relação entre os conceitos na forma de Auditoria Interna e Externa e as boas práticas da Governança Corporativa, na busca do entendimento do processo de Gestão Empresarial, no momento em que as grandes empresas através de seus acionistas têm requerido transparência e prestação fidedigna de contas, com o intuito de obter confiabilidade e segurança nos negócios.

A justificativa é a transparência de informações tem um papel fundamental no

funcionamento do mercado de capitais. Segundo, Bushman e Smith (2003) afirmaram que a transparência é essencial para a avaliação das oportunidades de investimentos em uma economia, em seu papel auxiliar investidores a alocarem seus recursos de forma mais eficiente entre as diferentes opções disponível no mercado.

Sob essa ótica, a transparência torna-se uma ferramenta importante das empresas se diferenciarem das demais em termos de apresentarem seu desempenho, suas estratégias, visão de mercado, diferenciais competitivos, novos programas de investimento, tudo isso no contexto da Boa Governança Corporativa.

A metodologia do presente trabalho se enquadra, então no formato de revisão da bibliografia pertinente ao tema. O delineamento do estudo configura-se como exploratório, utilizando-se de fontes primárias, com abordagem lógica dedutiva. Gil (1995) afirma que as pesquisas exploratórias objetivam desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

De acordo com Oliveira (2002, p.119) “a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”. Sendo assim, este traz uma análise acerca do tema Governança Corporativa, bem como sua relação com a Auditoria, com intuito de discutir seus parâmetros e a partir deles mostrar suas tendências. Assim, partindo da obtenção dos resultados, discuti-se o fenômeno da Governança Corporativa e sua real importância de agregação do reforço das Auditorias.

A governança corporativa é uma expressão empregada desde o início dos anos 90, no qual segundo (IBGC) “Instituto Brasileiro de Governança Corporativa”, é designada para abranger os assuntos relativos ao poder de controle e direção de uma empresa, bem como as diferentes formas e esferas de seu exercício e

os diversos interesses que, de alguma forma, estão ligados à vida das sociedades comerciais.

A preocupação da Governança Corporativa é criar um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o comportamento dos executivos esteja sempre alinhado com o interesse dos acionistas. A boa Governança proporciona aos proprietários (acionistas ou cotistas) a gestão estratégica de sua empresa e a monitoração da direção executiva. As principais ferramentas que asseguram o controle da propriedade sobre a gestão são o conselho de administração, a auditoria independente e o conselho fiscal.

Com crescimento das corporações, a abertura de capital e a expansão dos mercados, tornaram as atividades de auditoria cada vez mais importantes como fator de apoio à tomada de decisão de administradores e investidores. Com a expansão dos negócios, as empresas passaram a necessitar de uma estrutura interna mais forte, com normas e procedimentos internos para alinhar a prática empresarial, pois o administrador já não podia mais supervisionar pessoalmente as atividades dos empregados.

O órgão (IIA 2008) - *The Institute of Internal Auditors*, define a auditoria interna como uma atividade independente, objetiva, segura e consultiva que adiciona valor e melhora as operações de uma organização, ajudando-a a atingir seus objetivos através de uma abordagem sistemática e disciplinada de avaliação e melhoria da eficácia da gestão de riscos e controles e dos processos de governança.

Para Bergamini Júnior (2005, p.149) “a governança é a expressão utilizada, de forma ampla, para denominar os assuntos relativos ao poder de controle e direção de uma empresa, ou mesmo da capacidade governativa no contexto internacional ou de uma nação”. Ainda conforme (IBGC) Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle.

As boas práticas de governança corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para a sua perenidade.

Governança Corporativa



Fonte: IBGC

Linha do tempo da Governança Corporativa.

“Comparativo entre Brasil X Mundo” de 1992 / 2009 (IBGC).

<p>Ano 1992 - Governança no Brasil Não houve registro sobre governança neste período.</p>	<p>.1 Governança no Mundo Publicação do Relatório Cadbury, considerado o primeiro código de boas práticas de governança corporativa. O documento, elaborado por uma comissão coordenada por Sir Adrian Cadbury, surgiu como resposta aos escândalos registrados no mercado corporativo e financeiro da Inglaterra no final dos anos 1980. O Relatório influenciou as publicações dos futuros códigos de diversos países. GM divulga suas "Diretrizes de Governança Corporativa", considerado o primeiro código de governança elaborado por uma empresa.</p>
<p>Ano 1995 - Governança no Brasil Fundado o (IBCA) Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração, atual IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.</p>	<p>.1 Governança no Mundo Publicação do Relatório Vienot, marco da governança na França.</p>
<p>Ano 1996 - Governança no Brasil O primeiro evento público do IBCA, no Museu de Arte Moderna, abre ciclo de debates inédito no País sobre conselheiros de administração e governança corporativa.</p>	<p>.1 Governança no Mundo Criado o sistema “BSC” (Balanced Scorecard) por Norton e Kaplan. Segundo Kaplan e Norton (1997, p.25), o Balanced Scorecard reflete o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências e, ainda, entre as perspectivas interna e externa de desempenho.</p>
<p>Ano 1997 - Governança no Brasil É aprovada a Lei 9.457, reformando a Lei das Sociedades Anônimas original (Lei 6.404/1976). A Lei revoga o <i>Tag Along</i> de 100% para ordinaristas, sendo considerada um retrocesso na questão do direito dos acionistas minoritários.</p>	<p>.1 Governança no Mundo Criação do novo mercado (Neuer Markt) da Bolsa de Frankfurt, Alemanha. No mesmo ano, a Federação Japonesa das Organizações Econômicas lança relatório com recomendações sobre governança corporativa. Em setembro, ocorre a crise asiática, fomentada, entre outras coisas, por más práticas da governança.</p>

<p>Ano 1998 - Governança no Brasil Primeiro fundo voltado para a governança (Dynamo Puma), no programa de Valor e Liquidez do BNDESPar. IBCA realiza primeiro curso para conselheiros.</p>	<p>.1 Governança no Mundo O Comitê de Governança Corporativa, estabelecido pelo Fórum de Governança Corporativa do Japão, elabora "Os Princípios de Governança Corporativa - Uma Visão Japonesa". O documento baseou-se no relatório britânico, porém com diretrizes mais modestas. No mesmo ano, a OCDE cria o Business Sector Advisory Group on Corporate Governance.</p>
<p>Ano 1999 - Governança no Brasil Lançado o primeiro código brasileiro sobre governança corporativa, o "Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa", de autoria do IBGC. (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa). CVM lança Instrução 299, sobre ofertas públicas, e rodízio de auditorias. Condições econômicas gerais como flutuações nas taxas de câmbio ou inflação.</p>	<p>.1 Governança no Mundo O grupo de governança corporativa da OCDE abre caminho para a consolidação dos Principles of Corporate Governance, divulgado em maio, contendo diretrizes e recomendações sobre as boas práticas de governança.</p>
<p>Ano 2001 - Governança no Brasil Bovespa cria o Índice de Governança Corporativa (IGC) cujo objetivo é medir o desempenho de uma carteira composta por ações de empresas que apresentem bons níveis de governança. A Lei das SAs é reformada, sendo promulgada a Lei 10.303/2001, apresentando avanços, embora tímidos em relação ao projeto inicial</p>	<p>.1 Governança no Mundo Em novembro, é divulgado ao mundo os problemas de fraude contábil na Enron. Na sequência, diversas empresas norte-americanas são obrigadas a refazer suas demonstrações financeiras. Como uma das consequências, a empresa de auditoria norte-americana Arthur Andersen cessa suas operações, após ser acusada de obstruir os trabalhos da justiça.</p>
<p>Ano 2002 - Governança no Brasil Em junho, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) lança sua cartilha sobre governança: "Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa", voltada para as companhias abertas. A autarquia lança ainda as instruções 358 e 361 sobre informações relevantes e fechamento branco, respectivamente. CCR e Sabesp ingressam pioneiramente no Novo Mercado.</p>	<p>.1 Governança no Mundo As sempre citadas fraudes contábeis e financeiras de 2000 e 2001 envolvendo grandes empresas do país, como Enron, Worldcom e Tyco, entre outras. Com isso o congresso norte-americano aprova à edição da Lei (SOX) Sarbanes-Oxley nos Estados Unidos, em 1º de julho de 2002, cujo propósito foi o de reerguer a credibilidade do combalido mercado de capitais norte-americano.</p>
<p>Ano 2003 - Governança no Brasil 1ª edição do Prêmio IBGC de Monografias. Lançada a pesquisa Panorama Atual da Governança Corporativa no Brasil, objeto de parceria entre o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) e a Booz Allen Hamilton. CVM lança instrução 381 sobre serviços oferecidos pelas auditorias.</p>	<p>.1 Governança no Mundo Em maio, a Nasdaq anuncia normas semelhantes à Bolsa de Nova York. Em dezembro, ocorre um escândalo corporativo na Parmalat, sendo o primeiro de muitos problemas de governança corporativa com grandes empresas da Europa Continental.</p>

<p>Ano 2005 - Governança no Brasil É realizada a oferta de ações da primeira companhia brasileira de capital amplamente disperso (Lojas Renner), uma inovação no modelo brasileiro de governança corporativa. O IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) completa 10 anos e lança o livro "Uma década de Governança Corporativa - História do IBGC, marcos e lições da experiência".</p>	<p>.1 Governança no Mundo Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) lança documento contendo diretrizes de boa governança para empresas de controle estatal. ICGN lança seu código de melhores práticas de Governança Corporativa: <i>Global Corporate Governance Principles</i>.</p>
<p>Ano 2006 - Governança no Brasil 1ª edição do Prêmio (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) IBGC / Itaú de Jornalismo. Bovespa amplia regras para os níveis diferenciados de listagem. Neste mesmo ano, um caso de <i>insider trading</i> ocorrido durante a tentativa pioneira de aquisição hostil da Perdigão pela Sadia causa grande repercussão no mercado, aumentando a atenção do órgão regulador em operações similares.</p>	<p>.1 Governança no Mundo Mais um problema de governança corporativa é anunciado no mercado norte-americano: mais de 130 empresas são acusadas de manipular as datas de concessão dos planos de opções de ações dos seus executivos, visando aumentar seus ganhos pessoais. O escândalo, conhecido como <i>options backdating</i>, causa a demissão de mais de 50 CEOs (Chief Executive Officer) e conselheiros.</p>
<p>Ano 2008 - Governança no Brasil .1 O recente escândalo da Agrency (empresa que atua no agronegócio), traz à tona a vulnerabilidade de quem exerce o papel de conselheiro na organização. IBGC lança a primeira Carta-Diretriz, se posicionando sobre o tema: Independência dos Conselheiros de Administração - Melhores Práticas e o Artigo 118 da Lei das Sociedades Anônimas.</p>	<p>.1 Governança no Mundo Crise financeira expõe problemas de gestão de riscos e o papel dos conselhos de administração.</p>
<p>Ano 2009 - Governança no Brasil Em iniciativa inédita no Brasil, Usiminas divulga remuneração dos administradores em seu relatório anual de 2008. IBGC lança a quarta versão do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. CVM lança a instrução 480, trazendo como uma das principais mudanças o aumento no nível de informações prestadas pelas companhias.</p>	<p>.1 Governança no Mundo Ostrom e Williamson levam Nobel de Economia por estudos relacionados à governança. Em janeiro, o fundador e presidente do Conselho de Administração da companhia indiana de tecnologia da informação Satyam admitiu ter manipulado os balanços da empresa: 94% do caixa não existia.</p>

Fonte: (IBGC) Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Como a Governança pressupõe Auditorias, elas podem ser: internas e externas. As auditorias internas conforme, Attie (1998, p.

110) equivale a um trabalho organizado de revisão e apreciação dos controles internos, normalmente executados por um departamento

especializado dentro da organização. Com crescimento das corporações, a abertura de capital e a expansão dos mercados, tornaram as atividades de auditoria cada vez mais importantes como fator de apoio à tomada de decisão de administradores e investidores.

Com a expansão dos negócios, as empresas passaram a necessitar de uma estrutura interna mais forte, com normas e procedimentos internos para alinhar a prática empresarial, pois o administrador já não podia mais supervisionar pessoalmente as atividades dos empregados. De acordo com Silveira (2004), informações mais transparentes e seguras aumentam o grau de governança corporativa e, assim, promovem maior alinhamento entre os contratos que vigoram no ambiente empresarial.

O órgão (IIA 2008) - *The Institute of Internal Auditors*, define a auditoria interna como uma atividade independente, objetiva, segura e consultiva que adiciona valor e melhora as operações de uma organização, ajudando-a a atingir seus objetivos através de uma abordagem sistemática e disciplinada de avaliação e melhoria da eficácia da gestão de riscos e controles e dos processos de governança.

Além do IIA, diversos autores apresentam suas definições sobre a atividade de auditoria interna. Porém, em vários deles, como Attie (2008), são apresentadas ideias características do

cenário em que a área se desenvolvia anos atrás. Dentre os objetivos da auditoria, não são citados fatores que realmente contribuam para a execução da estratégia empresarial, como verificar se os riscos existentes estão sendo mitigados de modo a serem compatíveis com o apetite de risco da empresa e as atividades consultivas realizadas pelas áreas de auditoria.

Diferentes procedimentos compõem as atividades de auditoria. Além dos trabalhos planejados com vistas a avaliar a gestão de riscos empresariais específicos, atualmente muitas auditorias realizam atividades relacionadas às exigências da (Lei Sarbanes-Oxley), que podem incluir, além das avaliações do desenho e da execução dos controles internos sobre demonstrações financeiras, o apoio consultivo às áreas responsáveis pelos controles na elaboração de planos de ação para solução de hiatos entre a estrutura de controles existente e a demandada pela lei norte-americana.

A Lei Sarbanes-Oxley - É uma lei criada nos EUA, assinada em 30 de julho de 2002. Motivada por escândalos financeiros corporativos (dentre eles o da Enron, que acabou por afetar drasticamente a empresa de auditoria Arthur Andersen), essa lei foi redigida com o objetivo de evitar o esvaziamento dos investimentos financeiros e a fuga dos investidores causada pela aparente insegurança a respeito da governança adequada das empresas.

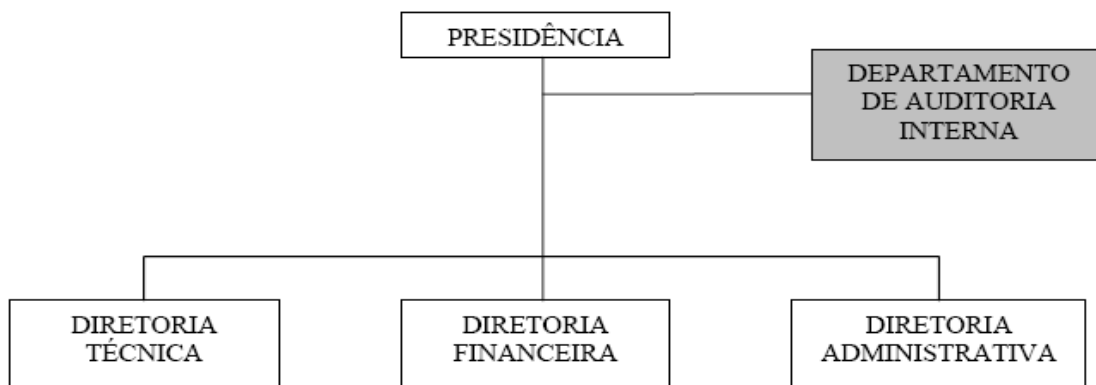


FIGURA 1: Posição do Departamento de Auditoria no Organograma.
Fonte: Adaptado de Almeida, (2003, p. 30).

A auditoria externa, segundo Attie (1998, p.25), “é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de e expressar uma opinião sobre determinado dado”. É um exame independente, objetivo e competente de um conjunto de demonstrações financeiras de uma entidade, sendo conduzido com o objetivo de exprimir uma opinião sobre, se as Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa. Observe que o parecer deve ser emitido por um profissional, o mais independente possível da empresa auditada. Um banco, por exemplo, para conceder um empréstimo a uma sociedade, quer ter segurança de que as demonstrações financeiras apresentadas são confiáveis. O banco teria dúvidas caso a opinião fosse emitida por um profissional que tivesse vínculos com a empresa.

As demonstrações financeiras, que para as quais o auditor deve emitir seu parecer, segundo a lei das S/A são:

- Balanço Patrimonial.
- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.
- Demonstração do Resultado do Exercício.

- Notas Explicativas.

A auditoria é a boa prática de Governança Corporativa conforme Barros (2008). Ela desempenha papel importante no sistema de governança corporativa. A regulação no Brasil, exceto para as instituições financeiras e para as sociedades controladas pelo governo, não impõe a obrigatoriedade de as empresas manterem os departamentos de auditoria interna em suas estruturas de gestão, e o assunto, até há bem pouco tempo, era completamente ignorado nos códigos de governança corporativa do país.

O código do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – (IBGC, 2004), nos capítulos referentes ao conselho de administração e conselho fiscal da terceira versão do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, publicada em 2004, inseriu disposições sobre a auditoria interna, definindo que sua competência “é verificar o funcionamento dos controles internos e se os regulamentos, instruções e políticas estão sendo observados”.

Os Tipos de Auditoria de acordo com alguns autores que descrevem os vários tipos de auditorias, como por exemplo, auditoria de sistemas, auditoria fiscal, auditoria tributária, entre outras. No que se refere ao tema aqui tratado serão dois tipos - financeiras ou de gestão e operacional. Segundo Crepaldi (2004) demonstrações financeiras ou de gestão e operacional são dois tipos de auditoria que

também se traduzem por auditoria externa (ou independente) e auditoria interna, respectivamente. É interessante, então, saber o significado de cada uma dessas duas modalidades de auditoria para melhor compreender os aspectos que envolvem este procedimento de avaliação das empresas. Para Almeida (2003, p. 26), a auditoria externa das demonstrações contábeis é:

[...] “Aquele que examina as demonstrações contábeis de uma empresa e emite sua opinião sobre estas, o que a tornou fundamental, vista como uma medida de segurança, na opinião dos investidores, que passaram a exigir que as demonstrações contábeis fossem examinadas por um profissional independente da empresa e de reconhecida capacidade técnica”.

Enquanto isso, a auditoria interna e operacional para Oliveira & Diniz Filho (2001, p.

16) “constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade”.

Essas duas modalidades de auditoria citadas podem ser confundidas muitas vezes, por isso, torna-se necessário esclarecer algumas diferenças básicas entre elas: como o propósito do trabalho, os parâmetros para a sua execução, a preocupação com os controles internos, a dependência profissional, a forma de relatórios e os principais usuários. Apesar dessas diferenças é importante ressaltar que a auditoria independente (externa) e a auditoria interna se complementam, para que haja sempre um trabalho confiável na visão dos investidores de uma determinada empresa, bem como de seus próprios gestores.

Quadro 1: Diferença entre Auditoria Interna e Auditoria Externa

PROPOSTA	AUDITORIA INTERNA	AUDITORIA EXTERNA
Propósito do Trabalho	Análise da atividade operacional	Emissão de opinião sobre demonstrações contábeis.
Parâmetros para a execução do trabalho.	Nomas de controle interno, políticas e procedimentos da empresa.	Princípios fundamentais de contabilidade.
Preocupação com os controles internos	Eficiência e qualidade do controle.	Efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.
Dependência Profissional.	Dependência do emprego.	Independência profissional.
Forma de Relatórios	Não padronizados.	Padronizados.
Principais Usuários	Gestores da empresa.	Acionistas, mercado de capitais e credores.
Reporte	Diretoria.	Geralmente aos acionistas.
Principal objetivo	Verificar se as normas internas vem sendo seguidas.	Emitir o parecer.

Fonte: Oliveira & Diniz Filho (2001).

O comitê de Auditoria X Conselho Fiscal

KPMG Business Magazine (2009). O Conselho Fiscal é um órgão criado pela

legislação brasileira em 1976, com a edição da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404).

De forma geral, a Lei estabelece que compete ao Conselho Fiscal:

- (I) fiscalizar os atos da administração;
- (II) verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- (III) denunciar aos órgãos da administração ou à Assembléia Geral os erros, fraudes ou crimes que descobrirem e sugerir providências.

A principal característica que diferencia de modo definitivo o conselho fiscal do comitê de auditoria é a autonomia. O conselho fiscal é um órgão sem relação de subordinação à diretoria ou ao conselho de administração. O Comitê de Auditoria se tornou um requisito no Brasil após ter se tornado uma exigência no mercado de capitais norte-americano conforme tabela abaixo.

Diferenças	Comitê de Auditoria	Conselho Fiscal
Base Legal	Auto-regulação	Lei 6.404/76
Independência	Dependente	Independente
Público Alvo	Conselho de Administração	Acionistas
Composição	Membros do Comitê de Administração	Mínimo de 3 e de preferência Independentes.

Fonte: KPMG Business Magazine (2009).

O papel das auditorias no processo de governança corporativa das empresas

Conforme William J. (consultor FGV/SP), para entender esse papel é fundamental compreender a estrutura de uma empresa de capital aberto. A figura a seguir apresenta essa estrutura:

Assembléia Geral dos Acionistas



Fonte: Willian FGV/SP

A instância superior de mando de uma empresa é a sua Assembleia Geral de Acionistas. É ela que tem o poder maior e uma das suas principais funções é a de indicar o Conselho de

Administração. Esse conselho, que nas empresas consideradas de boa governança deve ter elementos externos a ela, é quem vai definir os rumos da empresa. Até por uma questão de praticidade há que existir um Conselho de Administração. Podemos imaginar a confusão que seria uma assembleia de acionistas de uma empresa com capital bastante pulverizado tentando deliberar sobre a estratégia da empresa. Seria uma discussão sem fim e sem consenso.

O Conselho de Administração não deve se envolver nas questões do dia a dia. Para isso ele indica o Presidente da companhia e seus diretores. Eles sim vão ser os responsáveis pela gestão do dia a dia da empresa. Assim surge a auditoria. Ela tem como papel principal garantir que o presidente e a diretoria ajam em consonância com os objetivos dos acionistas. Mas para que esse papel seja cumprido com eficiência há que se considerar como será a inserção da empresa de auditoria na estrutura de governança da empresa. Como ela está lá para vigiar o presidente e a diretoria, é lógico que sua contratação seja feita pelo Conselho de Administração. Só assim a auditoria terá a

necessária isenção para atuar de forma eficiente na defesa dos interesses dos acionistas. Mas em muitas empresas não é isso que ocorre, quem contrata a auditoria é a diretoria, gerando um claro conflito de interesses que vai de encontro aos interesses dos acionistas.

Para o aperfeiçoamento dos mecanismos de governança das empresas e, sobretudo, de proteção aos acionistas minoritários não basta que o conselho de administração tenha membros externos, ou que os mandatos tenham prazo fixo, é fundamental que as relações entre os diversos agentes envolvidos no processo de gestão e governança atendam claramente aos interesses desses acionistas conforme a Fonte: William FGV/SP.

O modelo de governança - Um caso Real

A empresa “Pioneiros Bioenergia SA” produz etanol anidro e hidratado. Para solidificar sua missão e fazer jus ao Pioneirismo que vem de seu nome, a Pioneiros Bioenergia S.A. canaliza esforços na implementação de um “Modelo de Governança” que tem como fundamento primordial a sobrevivência e o crescimento da organização, numa constante busca de inovação e melhorias.

A implantação deste Modelo teve início em 14/11/2006 e abrange todos os departamentos da empresa, como o agroindustrial, o administrativo/financeiro e gente & gestão, nas operações essenciais de finanças, contabilidade, materiais, vendas e distribuição, produção, manutenção, projetos, qualidade e de recursos humanos. O Modelo de Governança da Pioneiros se apoia em três pilares, o estratégico, o gerenciamento da rotina e o crescimento das pessoas, que são sustentados por doze processos de gestão, dentre os quais merecem destaque:

Gestão Sistêmica; Processo de Política Básica; Processo de Informação e Documentação; Processo de Desenvolvimento de Políticas e Planejamento; Processo de Gerenciamento Geral Efetivo; Processo de Cobertura e Atuação junto ao Mercado; Processo de Definição de Produto Adequado; Processo de Produção Enxuto; Processo de Envolvimento das Pessoas; Processo de Ambiente Propício ao Desenvolvimento de Talentos e Habilidades; Processo de Liderança; e, Processo de Auditorias, através do uso de técnicas e ferramentas mundialmente testadas e aprovadas.

Os pilares de sustentação utilizados antes de qualquer outra coisa são: missão, princípios e valores da empresa. A Pioneiros entende que estes aspectos são primordiais e acabam por nortear todas as relações humanas que são estabelecidas em seu dia a dia.

A missão é “Contribuir para o suprimento energético global, utilizando energia renovável dentro de um modelo sustentável econômica, ambiental e socialmente.” Desta forma, a empresa se coloca a serviço da nação brasileira de forma a contribuir para a geração de energia, através de fontes alternativas, no caso, a biomassa. Essa disponibilidade é muito importante, haja vista que, a falta de energia impede um país de crescer e se desenvolver.

A empresa compromete-se a crescer e a contribuir para o crescimento nacional, com responsabilidade, preservando o meio ambiente e promovendo ações que garantam o desenvolvimento econômico e social de seus parceiros, colaboradores e das comunidades onde tiver atuação.

Os princípios e valores da empresa estimula uma relação de parceria de longo prazo com seus clientes e fornecedores, numa relação ganha-ganha, com o intuito de gerar a máxima efetividade em sua cadeia de valor. Respeitam-se os valores humanos e a aplicação de práticas de desenvolvimento sustentável; e buscam-se parceiros que adotem os mesmos princípios de ética e confiança. A Empresa entende os obstáculos como oportunidades de crescimento e persiste em seus propósitos de garantir a sua perpetuação, gerando aos acionistas uma rentabilidade superior às oportunidades do mercado. Sempre respeitando os aspectos legais e a

conservação do ecossistema. A empresa retribui o apoio recebido das comunidades onde atua promovendo o progresso econômico e social da região, influenciando de modo a diminuir as barreiras sociais, respeitando a pluralidade cultural e difundindo os valores éticos nos quais acredita. A Empresa estimula seus colaboradores ao treinamento contínuo e desenvolvimento humano integral, promovendo o espírito de equipe e o compartilhamento do conhecimento. A atração e retenção de talentos é um de seus maiores objetivos, visando à valorização do potencial humano.

Estrutura Organizacional - Pioneiros Bioenergia S.A. Conselho de Administração

Presidência	Conselheiros
Cícero Junqueira Franco	Arnaldo Shigueyuki Enomoto Celso Toquato Junqueira Franco
Diretoria Executiva	Diretor Administrativo/Financeiro
Eugênio Falanghe Bertini Diretor Administrativo/Financeiro	José Angelo Stafuzza
Diretor Agroindustrial	Diretor Gente & Gestão
Luiz Gustavo Scartezini Rodrigues	Manoel Moreira

Fonte: Pioneiros Bioenergia.

Considerações Finais

O presente estudo avaliou a influência e as atribuições da auditoria no contexto da governança corporativa, tanto interna como independente, para as empresas que aderiram aos níveis diferenciados de governança corporativa, foi desenvolvida através de pesquisas bibliográficas pertinentes ao tema. Percebe-se com os estudos apresentados que as boas práticas de governança corporativa, desde seu surgimento, vêm buscando proporcionar melhorias significativas na gestão das empresas, além de mais proteção aos investidores. Tanto para os acionistas

minoritários como para os majoritários, as práticas dos preceitos da boa governança corporativa resultam em uma redução no risco do investimento efetuado, devido à maior confiabilidade das informações divulgadas ao mercado.

Assim, observou-se que existe influência da auditoria, tanto interna como externa, no alinhamento com as boas práticas de governança corporativa. Diversos autores consideram que a auditoria é um instrumento de proteção aos investidores e fornecedora de informações sobre a situação patrimonial atual das empresas, além de avaliar a gestão de riscos

e controles internos associados à preparação e à divulgação das demonstrações financeiras.

Considerando as normas do (IBGC), que estabelece que a propriedade da empresa deva apresentar regras que visam eliminar o distanciamento entre minoritários e controladores, prevendo o tratamento equânime entre todos os acionistas, sócios ou quotistas, verifica-se que a auditoria independente, em conjunto com o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, assegura a confiança dos investidores de que o capital que eles estão investindo será protegido de utilização indevida por parte dos diretores, conselheiros ou acionistas controladores.

Referências Bibliográficas

- (1) ANDRADE, A; ROSSETTI, José P. Governança Corporativa. São Paulo: Atlas, 2004.
- (2) ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- (3) BARROS, J. S. Auditoria interna no contexto da governança corporativa. Dissert, UFC 2007.
- (4) DIAS, Sérgio V. S. Auditoria de processos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2006.
- (5) GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- (6) JENSEN, M. C; MECKLING, W. H. Teoria da firma: comportamento dos administradores, custos de agência e estrutura de propriedade. Revista de Administração de Empresas. V. 48, n. 2, abr/jun 2008, p. 87-125.
- (7) MARTIN, Nilton C; SANTOS, L. R; DIAS, F. M. Governança empresarial, riscos e controles internos: a emergência de um novo modelo de controladoria. Revista Contabilidade e Finanças. N. 34, jan/abr 2004, p. 7-22.
- (8) OLIVEIRA, L M; DINIZ FILHO, André. Curso Básico de Auditoria. São Paulo: Atlas, 2001.
- (9) PAXON, D; WOOD, D. (Org). Dicionário enciclopédico de finanças. São Paulo: Atlas, 2001.
- (10) RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.
- (11) SITES: BERGAMINI, Júnior. Controles Internos como um Instrumento de Governança Corporativa. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, 2005. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2406.pdf. Acesso em: 23-set.2010 às 16:h55.
- (12) BUSHMAN, R.; SMITH, A. FRBN Economic Policy Review, 2003. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/gov-corp/lanzana-2004.pdf> Acesso em: 23-set.2010 às 12:h55.
- (13) GAZETA MERCANTIL, LEGAL & JURISPRUDÊNCIA, Disponível em: <http://www.citadini.com.br/auditoria/gm030827.htm>, Acesso em: 25-set.2010 às 11h45
- (14) IBGC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Disponível em: www.ibgc.org.br. Acesso em 17-set.2010 às 17h01.
- (15) KPMG BUSINESS MAGAZINE (2009). Disponível em: http://www.kpmg.com.br/aci/publicacoes/2009/18_Mesa_Debates.pdf Acesso em: 25-set.2010 às 12h30.
- (16) WILLIAM, Jr Auditoria e Governança Corporativa. Disponível: http://www.williamid.com.br/docs/Governanca_Corporativa.doc Acesso 17-set. 2010 às 14h02.
- (17) Modelo de Governança, disponível em: <http://www.pioneiros.com/index.php?option=comcontent&view=article&id=48&Itemid=18> Acesso em 24-set.2010 às 23h02.